

O PCP, realizou ontem, dia 22 de Junho, uma Sessão Pública no Teatrinho na Cidade Peso da Régua, com a presença do seu Secretário Geral, Jerónimo de Sousa.



Sob o Lema: Defender o Douro e os Vitivinicultores Durienses, esta Sessão contou com a participação de dezenas de pessoas da Região, que vive um dos piores momentos da sua vida!

Na sua intervenção, Jerónimo de Sousa, realçou, passamos a citar: “Vínhamos por essa estrada, olhávamos estas belas paisagens e lembrávamo-nos das palavras de Alves Redol, esse ribatejano que tão bem escreveu o Douro. Que descreveu a sua notável beleza, a paleta de cores que ela proporciona e que evolui ao longo do ano, o rio que corre impetuoso para chegar ao Porto, o pitoresco da vindima, época de alegria, de fartura, de amores e desamores. Que descreveu, como poucos, as suas gentes, o trabalho da vinha e do vinho, o rio que galga margens e que tudo traz e tudo leva, o comboio que trazia o progresso, trazia novas gentes, novos hábitos, novas roupagens, os socacos que foi preciso fazer e refazer num processo de teimosia colectiva que criou, pela mão do homem, uma das mais belas paisagens do nosso país.

Com Redol, para além do Marquês, da Ferreirinha, do Barão de Forrester, dos Ingleses, que ontem, como hoje, exploravam as riquezas nacionais, passaram também a fazer parte da história do Douro, o António do Monte, os marinheiros do Douro e o povo de Porto de Manso, o Francisco Teimas, o Fontelas, o Luís, o Fatinário.

É, pois, para este povo, para o povo duriense, que quero começar por endereçar uma forte saudação, por intermédio de todos os presentes.

O Governo PSD/CDS quer matar a Casa do Douro e o que ela significa.

O PCP anda a afirmá-lo há muitos anos. PSD e CDS decretaram agora essa sentença de morte em letra de lei.

Com a extinção da Casa do Douro e a criação, por decreto, de uma associação privada, de inscrição voluntária (a trapalhada dificilmente poderia ser maior!) pretendem deitar por terra o último obstáculo

que se opõe a que cinco grandes grupos vitivinícolas e meia dúzia de grandes proprietários do Douro possam deixar completamente desprotegidos 35 000 a 40 000 pequenos viticultores durienses.

Com a morte da Casa do Douro, o que eles procuram atingir é este complexo desequilíbrio que, apesar de jogar sempre em desfavor da pequena produção, lhe garantiu, ao longo de décadas uma tábua de salvação, um porto de abrigo.

A Casa do Douro, diz o projecto de autorização legislativa agora em debate na Assembleia da República, daria lugar, depois de extinta, a uma «associação de direito privado de inscrição voluntária dos produtores», deixando de ser de todos para passar a ser apenas de alguns. Perguntar-se-á, se essa Associação não tiver nada a dar aos pequenos agricultores, qual o interesse de os pôr a pagar mais uma quota, se já pagam para tanta coisa e, designadamente para o IVDP, que depois canaliza esses dinheiros para os cofres do Estado, em vez de os aplicar na promoção dos vinhos.

Amanhã, claro está, veríamos a Casa do Douro na mão desses grupos económicos. Porque eles também são viticultores, grandes viticultores, e podem criar a “sua” associação e, como o Governo quer impor a regra da representatividade da associação em função do volume de produção dos associados, então é certo que vão ser eles, a “sua” associação, a ficar com o património da Casa do Douro! Ou então nomeiam os seus capatazes, ou entregam à CAP. Porque o património da Casa do Douro é altamente apetecível para estes novos senhores do Douro!

O que está em causa com este diploma é finalizar o «trabalho» que sucessivos Governos do PSD, do PS e do CDS iniciaram há décadas, já em 86, com o então Primeiro-Ministro Cavaco Silva, ou com a legislação de 1995, que criou a Comissão Interprofissional da Região Demarcada do Douro, também por um Governo PSD/Cavaco Silva, ou com a legislação de 2003, do Governo PSD/CDS/Durão Barroso/Paulo Portas, que reformulou essa Comissão.

Mas se PSD e CDS no Governo foram os pontas de lança das alterações institucionais no Douro, o PS, que as recusava quando estava na oposição, fazia exactamente o contrário no Governo, aplicando-as de forma rigorosa. Assim aconteceu em 1996, com o Governo PS/Guterres, assim aconteceu em 2005, com o PS/Sócrates.

Talvez alguns dos que aqui estão recordem as palavras do então Deputado e líder do PSD, na oposição, Durão Barroso, no dia 13 de Dezembro de 2000, com uma manifestação de viticultores durienses à porta da Assembleia da República. Discurso inflamado, em que o Deputado Durão Barroso se opunha no verbo à aplicação que estava a ser feita pelo Governo PS da legislação que o Governo PSD/Cavaco Silva tinha aprovado.

Na altura, clamava Durão Barroso: «O Estado como pessoa de bem (...) deve, assim, indemnizações à Casa do Douro por ter decidido cessar tais obrigações», as que correspondem ao assumir «durante mais de 60 anos, de atribuições públicas».

«O PSD...» — continuava o então deputado da oposição — «...exige que se proceda às alterações legislativas adequadas para dotar a Casa do Douro de fontes de financiamento próprias e estáveis».

«A ousadia...» (do então Governo PS) — dizia ainda o Deputado — «...chegou ao ponto de tentar retirar à Casa do Douro, através de despacho governamental, um dos maiores patrimónios da região: o cadastro dos viticultores da Casa do Douro».

Como é possível tamanha desfaçatez?

O que disseram ontem é exactamente o contrário do que fazem hoje.

Porque o percurso do actual Governo é também exemplar a este respeito.

A Ministra da Agricultura solicitou um parecer aos municípios durienses por via da CIM (Comunidade Intermunicipal do Douro) sobre a situação no Douro. A CIM fez o seu trabalho, mas como não agradava ao Governo, arquivou-o em sítio bem fundo para não se lembrar mais dele.

Depois, a Ministra veio dizer que tinham reapresentado à Casa do Douro a última proposta que o Governo PS/Sócrates lhe tinha feito. Mentira! Pelo que nos dizem e asseguram, nada chegou à Casa do Douro.

Depois, justificou-se porque a proposta estava no Ministério das Finanças em avaliação. Finalmente, ao arrepio da opinião da Casa do Douro, da CIM e da luta persistente promovida pela Avidouro, tirou da cartola a grande novidade: a passagem da Casa do Douro a associação privada. No fundo, a privatização que o Governo PSD/Cavaco Silva tinha proposto em 1986.

Um percurso e um comportamento exemplarmente vergonhosos.

A vergonha de uma avaliação do património de vinho, a pedido, com valores de saldo e longe dos compromissos assumidos.

A vergonha de autorizar a utilização de aguardente víticola na produção de Vinho do Porto. O Governo, numa guerra que tem séculos de história, sobre a produção ou não de aguardentes vnicas a partir de vinhos da região, acede com total descaramento aos mesmos de sempre, autorizando os grandes grupos a fazerem e usarem aguardentes feitas a partir de subprodutos que têm a mais em outras regiões do país ou até do estrangeiro, repudiando, inclusivamente, a proposta da Comunidade Intermunicipal do Douro, feita, recorde-se, a pedido do Ministério da Agricultura.

A vergonha do corte do benefício aos pequenos viticultores. Aplicaram cortes sucessivos com a promessa de melhores preços. Os preços baixaram. Na última década, terão perdido 40 a 50% de benefício e uma perda de rendimentos superior a 60%.

A vergonha da apropriação de receitas da taxa do IVDP (Instituto dos Vinhos do Douro e Porto), fazendo os durienses pagar um outro imposto. Isto enquanto não privatiza o próprio IVDP, conforme promessa do Primeiro-Ministro no Verão passado, correspondendo ao pedido das casas exportadoras.

A vergonha dos 40 meses de salários em atraso aos trabalhadores da Casa do Douro.

A vergonha da falência e o encerramento das principais adegas cooperativas da região.

A vergonha de uma proposta de saneamento, que finge ignorar que a responsabilidade primeira do afundamento financeiro da Casa do Douro, não obstante erros próprios, pertence às políticas que a

esvaziaram de funções, atribuições e competências; que lhe roubaram o cadastro a coberto de um protocolo que não cumprem; que não cumprem sentenças de tribunais; que deixam correr os meses e os anos, engordando a dívida, com o volume monstruoso dos juros, que já vai em 30 milhões de euros!

Um miserável escândalo político que atinge o regime democrático, que põe em causa o Estado enquanto pessoa de direito e pessoa de bem.

A Casa do Douro, que agora o Governo quer destruir, entregando o seu património a meia dúzia de grandes senhores, é também ela património dos vitivinicultores.

No instável equilíbrio entre a produção e a comercialização, essa estrutura foi, durante décadas, uma âncora segura de milhares de pequenos vitivinicultores. Só uma estrutura de todos, em que todos tenham igualmente voto, pode garantir uma regulação justa que não arrase com todos os que, em circunstâncias tão adversas como as da região Demarcada, não desistem de saíbrar uns socalcos, repor uns muros destruídos pelos invernos, plantar umas cepas e aguentar um ano inteiro de trabalhos e apertos por uns dias de festa da vindima.

Mas os viticultores do Douro sabem lutar, sabem resistir. E podem também contar com o PCP para dar força e voz a essa luta.

Daqui queremos saudar os milhares de pequenos vitivinicultores que nos últimos anos, organizados na Avidouro, têm resistido a estas políticas e a este caminho.

Daqui saudamos todos os que, no passado dia 3 de Abril, estiveram nas ruas de Lisboa e em frente à Assembleia da República na grande Manifestação nacional promovida pela CNA.

Daqui saudamos a decisão da Avidouro de promover para o próximo dia 2 de Julho mais uma manifestação, aqui na Régua, em defesa do Douro Vinhateiro, dos pequenos e médios vitivinicultores e da Casa do Douro.

Daqui afirmamos, podeis contar sempre com o PCP.

Como aqui já foi referido, não acordámos agora para a defesa dos pequenos e médios vitivinicultores. A nossa luta, a nossa intervenção norteia-se por esta premissa simples: no confronto entre grandes casas exportadoras e aqueles que construíram os socalcos do Douro, não nos enganamos.

Estamos com os que ergueram, de vales encarpados e de penhascos inacessíveis, uma das mais belas regiões do Mundo, obra dos durienses, património da humanidade. Entre os Ingleses da exploração e os Teimas da notável trilogia de Alves Redol, estamos com os que, com o seu suor e o seu sangue, plantaram pés de vinha em socalcos e das pedras criaram o melhor vinho do mundo, o Vinho do Porto.

E é por isso que, como aqui afirmou o meu camarada João Ramos, estamos na discussão, suportados no vosso apoio, para dar luta, para defender os interesses do Douro e dos durienses:

- exigindo o cumprimento dos investimentos públicos numa perspectiva de desenvolvimento integrado, centrado na principal riqueza desta região (47.000 hectares de vinha) – os seus excelentes vinhos – e na melhoria das condições de vida e de trabalho dos seus habitantes;

- por uma reforma institucional da Região Demarcada do Douro que inclua a ajuda ao saneamento financeiro das Adegas Cooperativas. Que o Governo entregue à região o que lhe retirou: a possibilidade de tomar iniciativas e meios indispensáveis de desenvolvimento da região;
- por uma Casa do Douro com competências e atribuições recuperadas (designadamente o cadastro), eleita directamente pelos viticultores, saneada económica e financeiramente;
- pela garantia de preços justos à produção de vinho na Região, com as medidas necessárias ao seu escoamento, utilizando, como sempre, a estrutura da Casa do Douro para isso.

A luta que por estas terras se trava em defesa dos interesses desta Região e das suas populações é a mesma luta que, por todo o País o nosso povo vem travando pelo direito ao desenvolvimento e uma vida digna, pela defesa da produção nacional e pelo direito a trabalhar, mas também pelo direito dos portugueses de decidirem do seu futuro.

Portugal não está condenado à ruína e à dependência. É possível assegurar com outra política a soberania e a independência do país e o seu desenvolvimento. É possível concretizar uma política capaz de assegurar a elevação das condições de vida do nosso povo.

Uma outra política que exige a ruptura com a política de direita em Portugal e com os eixos fundamentais do processo de integração capitalista europeu.

Uma ruptura que urge e que se impõe como um imperativo e uma condição para abrir o caminho à construção de uma verdadeira política alternativa, patriótica e de esquerda que o País precisa.

Uma política que, afirmando os interesses do povo e do País e a decisão soberana do povo português, se baseie em seis opções fundamentais nas quais se incluem: - a renegociação da dívida que se torna cada vez mais uma necessidade para relançar a economia do País; a defesa e o aumento da produção nacional; a valorização dos rendimentos das populações, nomeadamente dos trabalhadores e dos reformados; a defesa e recuperação dos serviços públicos, em particular nas funções sociais do Estado; uma política orçamental de combate ao despesismo, à despesa sumptuária, baseada numa componente fiscal de aumento da tributação dos dividendos e lucros do grande capital e de alívio dos trabalhadores e das pequenas e médias empresas; uma política de afirmação do primado dos interesses nacionais nas relações com a União Europeia.

Uma política patriótica e de esquerda que retome os valores de Abril e dê cumprimento ao projecto de progresso e justiça social que a Constituição da República Portuguesa consagra!”

A DORVIR

Vila Real, 23 de Junho de 2014

